

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

MARISA PADILHA

A CONCORDÂNCIA VERBAL E SUAS REPERCUSÕES AVALIATIVAS NAS REDAÇÕES DE VESTIBULAR



ARARAQUARA – SP
2012

MARISA PADILHA

A concordância verbal e suas repercussões avaliativas nas redações de vestibular

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Letras, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Angélica Rodrigues

ARARAQUARA – SP
2012

MARISA PADILHA

A concordância verbal e suas repercussões avaliativas nas redações de vestibular

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Letras, da
Faculdade de Ciências e Letras /
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Letras.

Orientadora: Prof.^aDr^a Angélica Rodrigues

Data de aprovação: 12 / 12 / 2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador:

Prof.^a Dr^a Angélica Rodrigues
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular:

Prof. Dr. Alexandre Monte

Membro Titular:

MartinsLocal: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Prof.^a Me. Maridelma Laperuta

Padilha, Marisa

A concordância verbal e suas repercussões avaliativas nas
redações de vestibular / Marisa Padilha – 2012

50 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Angélica Rodrigues

1. Concordância verbal. 2. Hipercorreção. 3. Sociolinguística.
I. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais Eder e Shirley, que além de serem para mim exemplos de superação e amor, sempre me incentivaram e me ensinaram a nunca desistir de acreditar em mim mesma apesar de todos os obstáculos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã por todo apoio, carinho e credibilidade.

À minha mãe, em especial, por ter sido a primeira a me inspirar e a me apoiar na escolha em me formar no curso de Letras.

Às amigas Aline e Lilian por todos os bons momentos vividos e compartilhados.

Ao Professor Me. Marcos Cumpri que gentilmente disponibilizou o *corpus* desta pesquisa.

A todos os meus amigos de Ribeirão Preto e Araraquara que sempre estiveram presentes e comemoraram com carinho e amor as minhas conquistas.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Angélica Rodrigues por acreditar no trabalho proposto e ter me incentivado com seus ensinamentos, sempre com paciência e dedicação.

RESUMO

O presente trabalho procura quantificar as ocorrências de concordância verbal, bem como suas repercussões avaliativas em uma amostra de cento e oito redações elaboradas por candidatos ao ingresso na Universidade Estadual Paulista- UNESP no ano de 2006 por meio do vestibular anual aplicado e realizado pela Fundação para o Vestibular da Unesp - VUNESP em novembro de 2005. Nossas reflexões partem da observação acerca das relações possíveis entre os desempenhos obtidos nas redações observadas (alto, médio e baixo) e os preceitos encontrados nas regras estabelecidas pelas gramáticas normativas. Nosso estudo fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológica da sociolinguística variacionista e busca, através da quantificação dos dados, discutir os fatores condicionantes da concordância verbal no *corpus* analisado. Nossos resultados apontam não apenas para um alto índice de casos de concordância verbal (variante padrão) nos três tipos de redações analisadas, como também casos de hipercorreção que podem ser explicados pela aplicação equivocada das regras de concordância.

Palavras-chave: Concordância verbal; hipercorreção; sociolinguística

ABSTRACT

This paper attempts to quantify the occurrences of verb agreement, as well as evaluative repercussions on a sample of one hundred and eight essays compiled by candidates entering the São Paulo State University- UNESP in 2006 through an annual entrance exam conducted by the Foundation and applied for Vestibular the Unesp - VUNESP in November 2005. Our reflections are observing about the possible relationships between the performances obtained in newsrooms observed (high, medium and low) and precepts found in the rules established by normative grammars. Our study is based on theoretical and methodological framework of variationist sociolinguistics and search through the quantification of data, discuss the factors that influence verb agreement in the corpus analyzed. Our results show not only a high index of cases of verbal agreement (standard variant) in the three types of essays analyzed, as well as cases of overcorrection that may be explained by the misapplication of the rules of agreement.

Keywords: Verbal agreement; hypercorrection; sociolinguistics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Abordagem tradicional da concordância verbal no português brasileiro	12
2.1.1 Abordagem sociolinguística no português	14
2.2 A construção do texto argumentativo	17
3 MATERIAL E MÉTODOS	20
4 ANÁLISE DOS DADOS	23
4.1 Posposição do sujeito	26
4.1.2 Anteposição do sujeito	26
4.1.3 Passiva sintética	28
4.1.4 Hipercorreção	29
5. CONCLUSÕES	30
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	32

1. Introdução

Desde o final da década de 70, quando a prova de redação nos vestibulares foi reintroduzida, o desafio por parte dos candidatos em elaborar um texto dissertativo com a eficácia exigida pelos principais exames, a fim de alcançar alto desempenho, vem sendo discutido por muitos pesquisadores, os quais buscam por meio de novas metodologias e esclarecimentos revelar os principais obstáculos para a obtenção do sucesso no ensino e na aprendizagem de produções textuais deste gênero, sendo um deles apontado por Rogério Chociay em seu livro *Redação no vestibular da Unesp: A dissertação*, no trecho em que afirma (2004, p.27):

O Ensino Médio e os cursos preparatórios, em vez de desenvolverem capacidade de pensar e de escrever, infelizmente, na ânsia de evitar “erros graves” de redação, conduzem muitas vezes os estudantes a aplicarem estratégias diversionistas, cujo objetivo, mais que o de expressar-se, é o de ocultar falta de habilidade.

Partindo de apontamentos como os do autor citado anteriormente e do princípio de que o uso da norma-padrão em textos de escrita formal é enfatizado, cobrado e vigiado com notável intensidade durante o Ensino Fundamental e Médio nas escolas de todo o país, é possível afirmar que a utilização desta norma de prestígio social pelos candidatos no exame vestibular em questão é um pré-requisito básico nas produções textuais discursivas, como pode ser observado no manual do candidato do vestibular 2006 da Unesp, a partir das seguintes instruções sobre a prova de Língua Portuguesa (2005, p.39, grifo nosso):

A prova de Língua Portuguesa, constituída de questões que solicitam respostas discursivas e de uma proposta de redação, terá por objetivo avaliar o desempenho do candidato na recepção e **produção de textos em Língua Portuguesa escrita, culta, contemporânea.**

Escrever uma redação para o exame vestibular, além de implicar o domínio do candidato sobre o uso da norma padrão, requer sua submissão à avaliação de diferentes examinadores, sendo estimulado a demonstrar na sua produção textual o melhor desempenho possível dentro do tempo estipulado. Nessas circunstâncias, o ensino da gramática normativa nas escolas ou em cursos preparatórios repercute nos resultados, supondo-se a princípio que aqueles candidatos que obtiveram baixo desempenho em suas redações não conseguiram

adequar seu texto à norma padrão, ao contrário dos candidatos que obtiveram desempenho superior. O objetivo, portanto, do presente trabalho é discutir os resultados quantitativos referentes à marcação de concordância verbal em uma amostra aleatória de cento e oito redações elaboradas por candidatos do vestibular da Unesp no ano de 2006.

Sobre os estudos referentes à concordância verbal no português brasileiro, retoma-se no presente trabalho as contribuições de Scherre (2005) a fim de refletir sobre os resultados obtidos nas redações observadas, promovendo uma maior compreensão e aprofundamento das pesquisas até agora realizadas sobre o assunto, em particular, sobre as referentes às redações de vestibular.

O interesse em pesquisar as ocorrências de concordância verbal em textos de gênero dissertativo no exame de vestibular e suas repercussões no desempenho dos candidatos surgiu a partir da intenção em investigar como tais candidatos, submetidos ao julgamento avaliativo de seu texto, aplicam a concordância verbal, considerada uma entre muitas outras regras de uma norma que desde sempre esteve relacionada ao prestígio, à ascensão social e mais perigosamente à sua equivalência à própria concepção de língua correta, como afirma Scherre (2005, p.42):

Mais do que ensinar de forma rígida a gramática normativa, confunde-se gramática normativa com língua. Esquece-se que uma gramática normativa é normalmente uma codificação de uma norma-padrão escrita com base em textos de escritores consagrados, acompanhada do registro de alguns aspectos linguísticos das variedades de prestígio (...)

Os resultados apresentados pelos candidatos e que foram passíveis de observação nas redações são parte de anos de ensino-aprendizagem de língua portuguesa formais recebidos durante toda a formação escolar dos candidatos à uma vaga universitária, o que torna igualmente interessante e necessário o desenvolvimento deste trabalho inicial.

Em virtude da importância em investigar as consequências causadas por um ensino pautado na produção textual intimamente ligado ao ensino da norma gramatical culta da língua, visamos aqui o esclarecimento básico sobre os critérios essenciais na construção de um texto eficaz e coerente dentro dos padrões exigidos pelo do vestibular da Unesp, a fim de investigar as repercussões das ocorrências ou ausências de concordância plural verbal nos desempenhos obtidos nas redações e, conseqüentemente, contribuir para o debate acerca dos processos de concordância no português brasileiro e oferecer evidências empíricas para a reflexão sobre o domínio do uso de regras da gramática normativa por aqueles que foram ou

que ainda se encontram submetidos às diversas práticas pedagógicas da área de Língua Portuguesa vigentes nas escolas de todo país.

O presente trabalho se organiza da seguinte forma: Na primeira parte, apresento a fundamentação teórica utilizada: a abordagem tradicional da gramática encontrada na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara e no livro *Gramática Mínima: para o domínio da língua padrão*, de Antônio Suárez Abreu em comparação com a abordagem da linguista variacionista Maria Marta Pereira Scherre. Em seguida, apresento as características dos materiais disponíveis e do método de pesquisa. Depois, em um item separado, demonstro a análise e as discussões acerca dos dados de ocorrência de concordância verbal apresentados pela tabela e dos casos de ausência de concordância verbal padrão encontrados nas redações.

2. Fundamentação teórica

A fim de esclarecer os estudos relevantes para o presente trabalho sobre concordância verbal, apresentarei nos seguintes subitens dois diferentes tratamentos dados em relação à concordância verbal no português brasileiro. O primeiro refere-se à abordagem gramatical tradicional, representada aqui por aquela contida na 37ª edição do livro *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2009) e na *Gramática Mínima: para o domínio da norma padrão*, de Abreu (2006). A segunda abordagem é de caráter linguístico, pautado em uma visão variacionista, apresentada por Scherre em seu livro *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito* (2005). As pesquisas e conclusões pela autora realizadas ajudarão a compreender melhor a questão da concordância verbal no português falado, que se encontra muitas vezes fora dos padrões estipulados pelas normas de prestígio, enfatizando a importância em reconhecer as estruturas linguísticas lógicas e intuitivas evidenciadas pelos falantes nativos no português brasileiro, possíveis vítimas de preconceito linguístico e conclusões equivocadas por parte daqueles que se julgam detentores do poder sobre a língua.

Apresentarei no segundo subitem os conceitos gerais e relevantes que dispomos acerca da construção de um modelo de redação dissertativa eficaz para os moldes exigidos no vestibular da Unesp, com base na pesquisa e nas reflexões realizadas por Rogério Chociay em seu livro *Redação no vestibular da Unesp: a dissertação*, a fim de comparar os conceitos lidos sobre os critérios de avaliação textual com o desempenho obtido pelos candidatos nas redações analisadas.

2.1. Abordagem tradicional da concordância verbal no português brasileiro

É sabido que a função das gramáticas normativas é, entre outras, tornar-se uma “*arma de luta social*” (SCHERRE, 2005, p.93). Elas apresentam as categorias regidas pela norma-padrão da língua a fim de que seus falantes aprendam, conheçam e consultem a variação linguística de prestígio social do português brasileiro, para assim aplicarem as normas nelas contidas em textos formais de escrita e fala exigidas em determinados contextos, como é o caso das redações de vestibular. Segundo Abreu (2006, p.15), a gramática normativa contribui para o “controle e segurança da língua e, com isso, ter mais liberdade para exercer em plenitude sua capacidade criativa. Contudo, afirma logo na primeira linha da introdução de seu livro que” o domínio das regras gramaticais não leva ninguém a falar ou a escrever bem” (2006, p.15).

Do ponto de vista sociolinguístico, as gramáticas normativas tendem a omitir fenômenos de variação da língua já bem estabelecidos entre a grande maioria dos falantes. Sobre isso afirma Scherre (2005, p.100):

(...) a gramática normativa da língua portuguesa precisa ser atualizada. E, para isto, mais pesquisas linguísticas que envolvam comparação entre língua falada e língua escrita (sem falar nas diferenças sociais e geográficas) têm de ser compreendidas. Não se trata de substituir uma pela outra; trata-se sim de ver suas semelhanças e diferenças.

No que tange à concordância verbal, encontram-se nas gramáticas consultadas as seguintes definições: “Diz-se *concordância verbal* a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o *predicativo*) e o verbo da oração.” (BECHARA, 2009, p.543) e “(...) é o processo pelo qual, dentro de uma oração, o verbo assume os traços de número e pessoa do seu sujeito” (ABREU, 2006, p.171).

Em relação à gramática de Bechara, dois estabelecimentos categóricos que norteiam as regras de concordância verbal apresentadas são apresentados: a concordância de palavra para palavra e a concordância de palavra para sentido. A primeira “será total ou parcial (também chamada atrativa), conforme se leve em conta a totalidade ou o mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação” (2009, p.543). Dentro desta categoria, o autor apresenta dois casos em que ela pode ocorrer: quando há um só sujeito e quando há mais de um sujeito na oração. A concordância de palavra para sentido apresenta-se definida a partir da afirmação (2009, p.555):

Quando o sujeito simples é constituído de nome ou pronome que se aplica a uma coleção ou grupo, pode o verbo ir ao plural. A língua moderna impõe apenas a condição estética, uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido construção do tipo: O povo trabalham ou A gente vamos.

Bechara, ainda sobre concordância de palavra para sentido, reconhece o desfavorecimento da marcação do plural em construções nas quais a distância entre o sujeito coletivo é grande, como por exemplo, no trecho: “‘Começou então *o povo* a alborotar-se, e pegando do desgraçado cético o *arrastaram* até o meio do rossio e ali o *assassinaram*, e *queimaram*, com incrível presteza [AH.2,83]’.”

Além desses dois casos de concordância, o gramático apresenta ainda vinte e dois outros casos em que a norma-padrão estipula suas regras, a saber: “sujeito constituído por

pronomes pessoais”, “sujeito ligado por série aditiva enfática”, “ sujeito ligado por *com*”, “sujeito ligado por *nem...nem*”, “sujeito ligado por *ou*”, “sujeito representado por expressão como *a maioria dos homens*”, “sujeito representado por *cada um de* + plural”, “concordância com o verbo *ser*”, “ a concordância com *mais de um*”, “ a concordância com *que de*”, “ a concordância com *quais de vós*”, “ a concordância com pronomes relativos”, “ a concordância com os verbos impessoais”, “ a concordância com *dar* (e sinônimo) aplicado a horas”, “ a concordância com o verbo na passiva pronominal”, “ a concordância na locução verbal”, “ a concordância com a expressão *não (nunca)...senão*”, “ a concordância com títulos no plural”, “a concordância no aposto”, “ a concordância com *Haja vista*”, “ a concordância do verbo com sujeito oracional” e, por fim, “ a concordância nas expressões de porcentagem”.

A *Gramática Mínima*, por sua vez, intenciona dispor as regras gramaticais da norma-padrão de forma mais prática e funcional. Abreu organiza o mesmo conteúdo abordado pela *Moderna Gramática Portuguesa* entre os vinte e três itens que apresenta os casos de concordância, diferenciando do modo como Bechara o faz na medida em que explica melhor as ocorrências frequentes e possíveis variações do uso da língua em cada item, numa tentativa de aproximar mais o leitor de sua condição de falante nativo sujeito às grandes variações no uso dos casos de concordância discutidos.

2.1.1 Abordagem sociolinguística da concordância verbal em português

Militante no combate ao preconceito linguístico, Scherre dispõe em seu livro alguns dos principais estudos e dados linguísticos que possui para corroborar o conceito de que a língua é passível de variação e está sujeita a fatores intralinguísticos e extralinguísticos, devendo, portanto, ser respeitada em suas diferentes formas de expressão, livre de julgamentos de valor. Os fatores intralinguísticos se referem àqueles que tomam por base a estrutura interna da língua em si, num processo intuitivo e inconsciente, o qual todos os falantes de língua materna possuem, ao passo que os fatores extralinguísticos representam os fatores sociais, como, por exemplo, a comunidade a que o falante nativo pertence, o grau de escolaridade e a idade.

A concordância de número, um dos principais temas de estudo de Scherre (2005), é constantemente vigiada pelos falantes nativos do português brasileiro. As ocorrências de não-concordância na fala ou na escrita por falantes nativos do português brasileiro nos moldes exigidos pela norma-padrão torna frequente os julgamentos do indivíduo por àqueles que se consideram detentores do poder sobre a língua, referindo-se a ele como desprovido de

inteligência, lógica ou da capacidade de desenvolver processos cognitivos. Os estudos de Scherre (2005, p.37), em colaboração com outros autores objetivam desconstruir este conceito e se diferenciam dos preceitos encontrados nas gramáticas normativas na medida em que justificam e argumentam à favor do esclarecimento acerca da variação linguística encontrada pelos resultados obtidos por eles referentes à concordância verbal no português brasileiro. Scherre (2005, p.129) evidencia que a posição do sujeito imediatamente à esquerda do verbo contribui para o favorecimento da concordância plural, ao passo que os verbos em situação contrária tendem a desfavorecê-la, embora sejam encontrados casos na escrita monitorada, que, mesmo com baixa frequência, a ausência de concordância verbal com sujeito plural depois do verbo pode ser observada. Outro fator importante para a variação da concordância verbal comprovado pelos estudos de Scherre é a saliência fônica, ou seja, a nasalidade da vogal átona. A autora explica exemplificando-o por meio da construção “Elas garante” (2005, p.55), a qual não possui marca plural no verbo, justamente por evitar a nasalidade da vogal átona final de “garantem”, que é desprovida de ditongação. A variação em relação ao grau de escolarização dos falantes da língua portuguesa no Brasil também é um fator que influencia o favorecimento da concordância plural. Referente a este fator extralinguístico Scherre conclui (2005, p.53): “De forma geral, quanto mais anos de estudo, mais marcas de plural”.

Sobre o uso da marcação ou da ausência de concordância plural com o sujeito “a gente”, a autora escreve que os casos onde não se observa a presença de concordância de número com essa expressão são muito comuns e estigmatizados, encontrados de maneira amplamente generalizada nas duas línguas, enfatizando e ilustrando por meio de exemplos que “este tipo de concordância, mais referencial do que gramatical, é bastante generalizado no português europeu, mais do que no português brasileiro (...)” (2005, p.46). Além disso,

Scherre acrescenta que estudos feitos pelos autores Mattos e Silva sobre o português europeu arcaico em relação ao sujeito coletivo demonstram que ““ a maior distância entre sujeito e verbo favorece a variação””. Tal resultado é comparado com os estudos de Naro, Görski & Fernandes sobre o português brasileiro falado no Rio de Janeiro por pessoas jovens e pobres, as quais fazem uso constante de estruturas sem a concordância formal prescrita nas gramáticas normativas “como um meio de estabelecer oposição de tempo e não simplesmente como falta de concordância de número e pessoa” (2005, p.47), ilustrando tal caso por meio de exemplos de expressões em comparação como: “*a gente organizamos* e *a gente organiza*” (2005, p.47).

Scherre conclui sintetizando os estudos realizados por outros pesquisadores sobre o uso da expressão “a gente”, afirmando que com sujeito imediatamente antes do verbo em contexto de tempo presente há, relativamente, pouco uso da construção com sujeito *a gente* e o verbo na

forma plural” (2005, p.47), casos estes comuns de serem observados em alguns textos jornalísticos portugueses, ao contrário do que acontece nos casos de textos brasileiros do mesmo tipo.

Mencionando referências do ponto de vista da gramática normativa de Bechara, Scherre retoma o conceito da norma-padrão afirmando que o uso do verbo plural com sujeito coletivo encontra-se titulado por denominações como “concordância de palavra para sentido” ou “concordância ideológica”, justificando sua ocorrência pela distância existente entre o sujeito e o verbo, o que consequentemente não soa desagradável ao ouvinte.

Em relação às construções onde se encontram o sujeito anteposto ao verbo ou o adjetivo à direita do núcleo do sujeito, a pesquisadora afirma que a ausência de concordância em casos deste tipo “são perfeitamente previsíveis pelos resultados de pesquisas realizadas com dados falados do português brasileiro” (2005, p.50), como ilustrados pela apresentação de uma tabela de dados quantitativos e percentuais da pesquisa feita em parceria com o autor A. J. Naro no texto *A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente* (1997). Assim, Scherre conclui que os elementos nominais sem a função de núcleo do sujeito localizados à esquerda do núcleo tendem a concordar mais do que os mesmos elementos à direita deste núcleo, acrescentando que núcleos, se estiverem ocupando a primeira posição no sintagma nominal, favorecem os casos de concordância no plural, mas se forem encontrados em posições diferentes, os resultados tendem a apresentarem-se de forma contrária, ou seja, desfavorecem as marcações de plural.

Em relação à posição dos elementos e a marcação ou ausência do plural, Scherre afirma que o sujeito posposto ao verbo desfavorece o uso do plural, ao passo que quanto mais o sujeito se aproxima do verbo à sua esquerda, mais evidentes são as marcações de plural encontradas.

Sobre a concordância com sujeitos percentuais, Scherre afirma que este assunto é tratado de diversas maneiras nas gramáticas e que na fala a concordância no plural de casos nunca foi registrada por ela em nenhum estudo, a não ser que o sujeito venha determinado estruturalmente como em “os outros 10% da população viram de tudo” (2005, p.56), registrando ainda que o reconhecimento inédito do papel do adjunto neste fenômeno em uma gramática normativa foi encontrado na de Bechara.

Levando em consideração as relevâncias para a análise dos dados obtidos no trabalho, é imprescindível registrar as generalizações da autora sobre a concordância verbal entre o sujeito e o verbo até o presente momento. São elas (SCHERRE, 2005, p.62):

(...) a concordância verbo/sujeito – singular ou plural – tende a ser sistematicamente regida pelo núcleo do sujeito se e somente se o sujeito estiver à esquerda do verbo e satisfazer uma das seguintes condições:

- for constituído por um só núcleo humano;
- for constituído por um só núcleo não humano se adjunto preposicionado, ou seja, for de estrutura simples;
- for constituído por um só núcleo de estrutura complexa, com todos os elementos – núcleo e adjuntos preposicionados na forma singular;
- for constituído por dois ou mais núcleos (sujeito composto) com pelo menos o mais próximo ao verbo na forma plural

Sendo assim, e visando a autora promover militantemente o combate ao preconceito linguístico demonstrando a funcionalidade natural e espontânea da língua, bem como suas respectivas variedades do português por meio de suas pesquisas, ressalta que na fala não-policada, deixamos a linguagem fluir de modo que ela nem sempre coincide com as regras prescritas nas gramáticas normativas e que constantemente é alvo de preconceito quando justamente não correspondemos nesse ato aos preceitos desta norma-padrão, esta última vista, julgada e divulgada por aqueles que desconhecem a natureza das variações linguísticas e do mecanismo da linguagem como língua correta, exemplar e legítima.

2.2 A construção do texto argumentativo

A difícil tarefa por parte dos candidatos em obter êxito ao escrever a dissertação no vestibular parte do princípio em assimilar diversas competências que, apesar do que muitas vezes é concebido pela sociedade e/ou dentro do ensino na área de Língua Portuguesa, vão muito além do domínio sobre o uso na escrita da norma culta exigido.

Diferentemente de outros perfis de exames vestibulares, a VUNESP (Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista) solicita ao candidato a elaboração de um texto

de gênero dissertativo. A principal justificativa da fundação para a escolha do gênero textual em questão é dada com base no argumento de que “(...) é a dissertação o gênero de texto mais característico do universo acadêmico que o estudante irá enfrentar: trabalhos de disciplinas, monografias de fim de curso, teses de mestrado e de livre-docência são essencialmente ‘dissertações’” (CHOCIAY, 2004, p.30).

De um modo geral, para Chociay, a redação de uma dissertação eficaz está pautada na soma da aplicação bem sucedida do talento, da habilidade, da técnica, da prática e dos hábitos de leitura, da imitação de textos de bons autores e da repetição de “macetes” de estrutura e estilo. Em relação ao princípio do talento, associam-se a ele as demonstrações do candidato acerca das facilidades deste em redigir, não sendo necessariamente um fator determinante que possa limitar o indivíduo desprovido de talento ao aprendizado e execução de um texto eficaz.

O ato de escrever para o autor está intimamente ligado a duas considerações essenciais: o “conjunto de operações de produção de frases” e o “conjunto de operações de produção de relações textuais entre frases”, as quais na concepção do autor estão diretamente e respectivamente associadas à referência entre as frases de um texto e à *metáfrase*, esta última entendida pelo pesquisador como “as intervenções (escolhas de palavras, locuções, orações, períodos e manobras de organização e ordenação) que fazem a ‘costura’ dos conteúdos das frases entre si para desenvolverem o tema e, desse modo, levarem o texto a construir um todo semântico” (2004, p.77).

Em relação às características formais de um texto eficaz, deve-se levar em consideração o uso da norma culta na redação do vestibular da Unesp, com o intuito de “verificar se o estudante tem domínio razoável da norma culta” (CHOCIAY. 2004, p. 173). Chociay aponta que o ensino desta variação é imprescindível de caráter obrigatório nas escolas, visto que é instrumento de ascensão social e profissional, além de ser amplamente utilizada em textos oficiais, na mídia, na política e em níveis educacionais diversos, mas ressalta a importância em respeitar os conhecimentos da Linguística moderna em relação às variações linguísticas encontradas no âmbito escolar. Além disso, e ainda sobre os aspectos formais do texto, o autor destaca a importância em relação à caligrafia do candidato na redação do vestibular da Unesp, não devendo esta, portanto, ser de difícil compreensão, pois pode comprometer o entendimento do texto e consequentemente acarretar prejuízos na sua avaliação. A paragrafação também deve ser bem distribuída, demonstrando o domínio do candidato sobre estruturação lógica, bem como a divisão correta nas palavras em final de linha. O uso correto pelo candidato da acentuação gráfica é ressaltado pelo autor não como um item da Gramática, mas como um “dispositivo oficial”, atribuindo às escolas a obrigação

de ensiná-la.

O conceito, portanto, de aprender a escrever bem vai muito além de um ensino estigmatizado da gramática normativa, adotada frequentemente como um instrumento de veneração da língua ainda por muitos professores e representantes sociais. O ensino de Língua Portuguesa nas escolas de todo o país deve se atentar, segundo Chociay, ao fato de que “o aprendizado é um fenômeno global: envolve diversos conteúdos e habilidades de muitas ordens, não apenas linguísticas. Para escrever bem é preciso, portanto, não apenas escrever bem, mas, antes de tudo, saber bem o que se quer escrever” (2006, p.55). O que o autor sugere é que aprender a escrever uma redação eficaz significa aprender a se comunicar em diferentes contextos. Ele acredita que o ato de falar, ouvir, escrever e ler é essencial para o sucesso na construção textual dissertativa, pois o redator, ao perceber suas diferenças, coloca-se diante de esferas comunicativas complexas e que envolvem fatores de diversas ordens, como a afetiva, intelectual, social e contextual. Falar implica simultaneidade do ouvir a si mesmo e ao outro, adquirindo na fala peculiaridades linguísticas. Escrever é ler enquanto escreve, valendo-se do exercício de um papel duplo, diposto em um tempo elástico, ao contrário do tempo simultâneo da fala e, apesar da obviedade, o autor afirma (2004, p.53): “ Este fato [...] tem muito mais consequências, inclusive de ordem didática, do que se poderia imaginar à primeira vista”.

3. Material e Métodos

A pesquisa tem natureza empírica de caráter exploratório, buscando o desenvolvimento e o aprimoramento dos conhecimentos acerca do uso das regras de concordância verbal em redações do vestibular da Unesp, bem como a reflexão a partir das relações possíveis de serem estabelecidas entre tais regras e o desempenho obtido nas dissertações observadas. O trabalho partiu da fase de coleta e leitura das cento e oito redações disponíveis. Teve como desenvolvimento a análise e a anotação dos resultados obtidos, estes realizados por meio da quantificação das ocorrências de concordância verbal em um *corpus* composto por cento e oito redações, divididas igualmente entre alto, médio e baixo desempenho nas áreas humanas, biológicas e exatas. Procurou-se, a partir do material, a sua análise quantitativa referente às ocorrências de concordância verbal e a análise qualitativa dos casos de concordância não-padrão.

De acordo com o *Manual do Candidato para o Vestibular 2006*, o vestibular da Unesp possui três objetivos claros (2006, p.31):

I-selecionar os candidatos capazes de:

- a) articular idéias de modo coerente;
- b) compreender idéias, relacionando-as;
- c) expressar-se com clareza;

d) conhecer o conteúdo do currículo da Educação Básica do Estado de São Paulo.

II - integrar os objetivos da Universidade àqueles desenvolvidos pelo sistema de Ensino Fundamental e Médio;

III - dar condições para o desenvolvimento de potencialidades e aptidões do aluno nas áreas específicas da Universidade.

Ainda de acordo com o manual consultado, a proposta de redação no vestibular da Unesp deve ser escrita obrigatoriamente em gênero dissertativo, devendo conter os seguintes critérios de avaliação estabelecidos, a fim de alcançar o desempenho máximo (2006,p.31): “desenvolver o tema proposto e apresentar as propriedades de coesão, coerência e progressão temática. Nas respostas às questões, assim como na redação, será imprescindível a obediência às normas do sistema ortográfico oficial.” A partir disto, pode-se concluir que as redações classificadas em baixo e médio desempenho não conseguiram atender plenamente aos

requisitos impostos pelo vestibular, como pode ser observado a partir do exemplos retirado do parágrafo inicial de uma redação de baixo desempenho (VUNESP,2005, grifo nosso):

Todos nós temos ciúmes, quem não teve é por que não gosta daquilo. Mas ciúmes é como uma proteção de, contra o perigo ou contra a *psico*. falar de um sentimento que só temos quando gostamos, ou sentimos ameaçados é *difísil*. Ciúmes serve para *bastanti* coisas, como ter ciúmes de *algu* ou de *objeto*, esse tipo faz bem, para nos manter alerta de tudo.

O trecho destacado apresenta características de um texto argumentativo com dificuldades em apresentar suas ideias de forma coesa e coerente, além de desrespeitar regras de ortografia e pontuação oficiais, embora haja a presença da marcação de plural em todos os casos de concordância-padrão.

O tema da redação proposto pelo vestibular da Unes em 2006 foi: “O sentimento do ciúme em nossas relações”, precedido por uma coletânea de dois textos principais que sugeriram base e auxílio de ideias a serem discutidas nos textos argumentativos dos 93.928 candidatos inscritos nos 151 cursos oferecidos naquele ano. A redação tem grande importância e peso para a aprovação no vestibular: avaliada por dois examinadores independentes vale, no máximo, metade da nota total da prova, 50 pontos.

Como embasamento teórico para a orientação do trabalho e para a análise dos casos de discordância verbal observados, dispomo-nos a apresentar nos itens iniciais as concepções tradicionais sobre concordância verbal, seguidos das concepções linguísticas de base variacionista e daquelas referentes à construção do texto argumentativo no vestibular.

Após a leitura atenta e a quantificação dos casos de concordância e concordância não-padrão nas redações disponíveis pela amostra, fez-se uma tabela com os resultados reais apresentados, por meio dos quais se evidenciam a relação entre a classificação do desempenho das redações, o número total de ocorrências encontradas, bem como suas respectivas taxas de porcentagem de concordância verbal obtida em cada desempenho. Após a observação dos resultados apresentados pela tabela, deu-se início ao exercício de análise, interpretação e discussão dos dados em relação às ocorrências de concordância nas redações. A análise dos casos em que foram detectadas ausências de concordância verbal nos moldes da norma padrão foi feita de acordo com os aspectos ligados à abordagem tradicional, encontrados nas duas gramáticas consultadas, em comparação com os resultados apresentados na pesquisa de Scherre (2005) sobre o uso da concordância verbal no português brasileiro.

4. Análise dos dados

Neste item analisaremos os resultados a partir dos dados coletados no *corpus* referente aos resultados quantitativos, bem como os casos que identificamos a presença de marcação plural de concordância não-padrão.

Os índices percentuais relacionados às ocorrências de concordância verbal nas redações observadas foram muito altos e com pouca diferença entre todos os níveis de desempenho. Estes resultados, embora preliminares, devido principalmente ao tamanho da amostra, surpreende e desaprova a pressuposição inicial de que os textos elaborados por candidatos que obtiveram baixo desempenho seriam menos sensíveis às marcações de plural padrão entre o verbo e o sujeito se comparados com as redações classificadas em desempenhos superiores, uma vez que parte-se do pressuposto que aqueles candidatos poderiam não ter conseguido estabelecer grande domínio sobre as regras da gramática normativa e, conseqüentemente, sobre as regras de concordância verbal. Os trechos a seguir, retirados de redações de baixo desempenho, sustentam nossa hipótese (VUNESP, 2005, grifo nosso):

1. Muitas vezes **nós somos** tomados por um sentimento que nos faz sentir furiosos e nervosos até mesmo descontrolados, o ciúme.

Sentir ciúme é uma coisa normal do ser humano mas em alguns casos esse sentimento que parece comum pode se tornar uma tragédia, **corações contaminados pelo ciúme são** capazes de agredir ou até mesmo matar nos tempos atuais (...)

2. Não é de hoje que o ciúmes é alvo de muitas brigas. por milhares de motivos **casais brigam, discutem, terminam** relacionamentos e por muitas vezes por ciúme como principal motivo

3. **Os ciumentos** na maioria das vezes **são** pessoas, que não **são** *alto cofiantes* e **sofrem** de depressão. **Eles acham** que **seus parceiros vam trailos, desconfiam** de todo mundo, são inquietos e impacientes.

4. (...) Por outro lado **ocorrem os vários tipos de ciúme** aqueles sadios os quais não **fazem** mal à ninguém e aqueles doentios podendo até destruir a vida de uma pessoa.

5. **Existem várias formas de ciúme** de certa forma **todas as pessoas já sentiram** ciúmes de algum objeto, de alguém, namorados, maridos, mães, filhos.

Os termos em **negrito** representam as ocorrências de marcação plural padrão, nos quais pode-se observar o favorecimento da concordância com sujeito anteposto ao verbo. Interessante notar que os sujeitos “vários tipos de ciúme” e “várias formas de ciúme”, nos enunciados 4 e 5, por outro lado, encontram-se imediatamente à direita do verbo, posição esta que, segundo Scherre, desfavorece a marcação do plural. Dados como esses, corroboram os estudos feitos pela pesquisadora no que tange à repercussão das marcações de plural pelos jovens escolarizados no país. A taxa de escolarização é um fator que influencia positivamente a marcação de plural, como já comprovadamente exposto por meio dos estudos linguísticos de Scherre. A tabela abaixo ilustra os resultados quantitativos obtidos neste estudo:

Concordância Redações	N	%	TOTAL
Alto desempenho	114	92,68	123
Médio desempenho	100	97,09	103
Baixo desempenho	71	85,5	83

Tabela 1- Quantificação e porcentagem das ocorrências de marcação padrão da concordância em relação aos sujeitos de primeira e terceira pessoa do plural

Apesar da maioria dos candidatos que obtiveram suas redações classificadas como baixo desempenho marcarem o plural, ou seja, conseguirem aplicar as normas de concordância, seus textos não conseguiram atingir a eficácia necessária para alcançar um bom desempenho, segundo os padrões de avaliação da Vunesp. Este fato, como já exemplificado por meio de alguns trechos das redações anteriores, suporta o fato de que o ensino estigmatizado da gramática normativa nas escolas referente às regras de concordância verbal é presente e não prioriza aspectos mais relevantes ou igualmente importantes na construção do texto dissertativo, como aqueles apontados por Chociay e que aqui reitero, afirmando sobre “as intervenções (escolhas de palavras, locuções, orações, períodos e manobras de organização e ordenação) que fazem a ‘costura’ dos conteúdos das frases entre si para desenvolverem o tema e, desse modo, levarem o texto a construir um todo semântico” (2004, p.77). Para ilustrar as noções construtivas de um texto eficaz, tomemos como exemplo trechos

retirados de redações de desempenhos opostos (baixo e alto, respectivamente) a fim de compará-los (VUNESP, 2005, grifo nosso):

1. Ciúmes é um sentimento sutil e avassalador, esse é um dos sentimentos mais contundentes do ser humano, **todos nós** temos ciúmes, mas a grande questão é, há que ponto ele se torna perigoso. A coisa mais normal do mundo é sentir ciúmes, **todos nós temos** ciúmes até mesmo de objetos, é ótimo apimentar um relacionamento com ciúmes (...)
2. **Todos sentem** ciúme, não importa qual seja o motivo. É interessante notar que ele está vinculado a diversos sentimentos e marca sua presença nas relações amorosas.

Os dois trechos apresentam-se visivelmente coerentes com os usos estipulados pela norma culta no que se refere ao domínio do uso das normas de concordância verbal, bem como corroboram os resultados de Scherre em relação à tendência à marcação do plural com sujeitos antepostos ao verbo, como pode ser observado por meio dos termos em destaque. Contudo, o primeiro trecho, retirado de uma redação classificada como baixo desempenho, demonstra problemas de técnica de construção textual, como a falta de coesão entre as orações, pontuação e repetição constante e desnecessária da palavra “ciúmes”, além da hipercorreção do termo *a que ponto*, escrevendo em seu lugar “há que ponto”, em busca de uma aparente demonstração de domínio sobre as variações de prestígio social pelo candidato, dentre as quais ele parece fazer referência ao verbo haver.

As mesmas observações, porém, não podem ser feitas sobre o trecho seguinte, que foi retirado de uma redação classificada como alto desempenho. Nele, encontram-se características opostas em relação à repetição do sujeito, uma vez que a palavra “ciúme” é retomada por meio de dois pronomes diferentes: “ele” e “sua”.

Diante dos dados obtidos, portanto, é possível dizer que o domínio das normas de concordância verbal padrão, embora essencial para o desenvolvimento da redação, não implicar o sucesso no desempenho e é semelhante em todos os casos encontrados nos três desempenhos. Isso significa que o ensino e aprendizagem da construção textual no país ainda precisam ser muito melhorados, pois, ao priorizar o ensino de gramática normativa de forma mecanizada e fora dos contextos de diversos gêneros, o aluno é prejudicado no momento em que precisar demonstrar habilidades na escrita.

Uma vez que as redações analisadas obtiveram um alto índice de marcação do plural, é interessante analisar também os poucos casos em que a concordância verbal não é marcada

pelos alunos. Isso porque, como aponta Scherre (2005), alguns fatores linguísticos desfavorecem a marca de plural. Isto é, existem aspectos da própria gramática do português que atuam como uma força maior que pode influenciar a marcação do plural em contextos bem específicos, como a posposição do sujeito, a saliência fônica etc.

De fato, o que podemos depreender dos dados é que esses fatores são os mesmos que atuam aqui desfavorecendo a marcação do plural tanto nas redações de alto, como de médio e baixo desempenho.

A fim de dar especial atenção aos casos da marcação da concordância com sujeitos de primeira e terceira pessoa do plural separadamente, quantificamos e obtemos dados percentuais que demonstraram grandes diferenças entre si quando postos em comparação. A quantificação apresentada pelas tabelas 2 e 3 seguintes apontam que o uso das estruturas de concordância padrão em sujeitos na terceira pessoa do plural é utilizado em larga escala, ao passo que a tabela 3 apresenta a minoria dos candidatos que usaram a estrutura de concordância padrão com sujeitos na primeira pessoa do plural. Diante de tal resultado, pode-se sugerir que a utilização de sujeitos na terceira pessoa do plural em detrimento do baixo uso de estruturas do sujeito na primeira pessoa do plural deve-se à própria construção textual do gênero dissertativo, o qual parece seguir quase sempre a tendência a fazer muitas referências externas e pouco comprometedoras da opinião pessoal do autor, em uma tentativa talvez de omitir-se do texto, uma vez que estruturas como os sujeitos *nós* e *a gente* incluem-no obrigatoriamente no enunciado.

Tabela 2 - Quantificação e porcentagem das ocorrências de marcação plural padrão com sujeitos na terceira pessoa do plural em relação ao total de casos de concordância

Concordância Redações	N	%	TOTAL
Alto desempenho	112	100	112
Médio desempenho	98	98	100
Baixo desempenho	67	94,37	71

Tabela 3 - Quantificação e porcentagem das ocorrências de marcação plural padrão com sujeitos na primeira pessoa do plural em relação ao total de casos de concordância

Concordância Redações	N	%	TOTAL
Alto desempenho	0	0	112
Médio desempenho	2	2	100
Baixo desempenho	4	5,36	71

4.1.1 Posposição do sujeito

No trecho abaixo em destaque notamos a corroboração dos estudos de Scherre acerca da posição do verbo na oração e sua tendência no português brasileiro a não marcar o plural em verbos antepostos ao seu sujeito. De acordo com a *Gramática Mínima*, do autor Antonio Suárez Abreu, o sujeito “alguns anos” é classificado como não-prototípico (menos frequente), uma vez que ocupa a posição depois do verbo, caso típico desse tipo de sujeito:

1. “Se **passa alguns anos**, na fase dos 15 anos *comessa* a despertar dentro das pessoas um sentimento mais forte uma pelas outras (...)” (VUNESP, 2005, grifo nosso).

A questão da posposição e distância entre sujeito e verbo, vista por meio de uma abordagem linguística de base variacionista, é fator determinante para o desfavorecimento da concordância. No trecho destacado abaixo, o sujeito composto está longe do verbo vir e conseqüentemente, favorece a ausência de marcação do plural. Outro aspecto a ser levado em consideração nesse caso é a saliência fônica do verbo, desfavorecendo também a concordância plural padrão. Segundo estudos de Naro & Scherre (1999) sobre concordância verbal e saliência fônica, que aqui trataremos por saliência fônico-gráfica, por se tratar de documentação escrita, em casos como o abaixo, o verbo, em oposição ao plural *venham*, ganha uma qualidade na mudança na qualidade da vogal e, segundo os estudos dos autores citados, quanto mais evidente a saliência fônica em comparação com o plural do verbo em questão, menor a chance de realização da marcação do plural:

2. “(...) **a falta de confiança, a possessividade**, são os principais, que **tem que ser tratado** para que no futuro não **venha gerar** maiores transtornos” (VUNESP, 2005, grifo nosso).

4.1.2 Anteposição do sujeito

No trecho em destaque a seguir nota-se a presença da concordância entre o núcleo do sujeito “pessoas” e seu adjunto “as”, corroborando um dos pressupostos de Scherre sobre a regência da marcação do plural pelo núcleo do sujeito, o qual se encontra à esquerda do verbo e possui núcleo humano. Em relação à concordância verbal, sujeito e verbo encontram-se distantes pelo pronome relativo “que”, este representando o próprio sujeito da oração, o que

pode desfavorecer a concordância. Segundo os estudos de Naro & Scherre (2003) sobre o efeito do pronome relativo *que* na concordância verbal, a estrutura provoca um “efeito máscara”, o qual, ao contrário do que as gramáticas normativas enfocam, parece não ter a função de relembrar ao falante, ou no caso ao autor, do sujeito da oração, uma vez que pode desfavorecer as marcas de concordância plural padrão de acordo com a posição em que este se encontra na sentença ou na proximidade com o sujeito e outras estruturas. No caso da ocorrência 1 abaixo, somente o adjunto adnominal do núcleo do sujeito “as” permanece marcado pelo plural, sugerindo que o autor do texto tenha reconhecido a pluralidade do sujeito a partir somente desta marcação, não fazendo necessário o uso de marcações do plural no núcleo “pessoa”. Adjacente, o pronome relativo *que* concorda, portanto, com o núcleo do sujeito “pessoa”. De acordo com as conclusões de Naro & Scherre (2003), o pronome *que* relativo também desfavorece a marcação do plural quanto mais se encontra distante do sujeito, ou seja, quanto maior for o número de sílabas entre o sujeito da oração e seu verbo, menor será a chance de marcação plural padrão. Estudos como estes ou casos como o de número 1 abaixo não são reconhecidos ou apresentados pelas gramáticas normativas.

Bechara em sua *Moderna Gramática Portuguesa* afirma que a concordância deve ser feita de acordo com a apresentação de duas situações, a primeira é igual à encontrada na gramática de Abreu, apenas com a ressalva de que o pronome relativo *que* não concorda com o verbo no plural se este funcionar como um predicativo de outra oração e acrescenta: “Se o antecedente do sujeito que for um pronome demonstrativo, o verbo da oração adjetiva vai para a 3ª pessoa” (2009, p. 560).

1. “O ciúme para alguns *psicólogos* e considerado uma doença. **As pessoas** que **sofre** *desse problemas* elas não tem limites (...)” (VUNESP, 2005, grifo nosso)

Envolto por problemas de técnica e construção textual de ordens diversas, como pontuação e repetição desnecessária da mesma palavra, o trecho da redação em destaque refere-se mais uma vez à questão do desfavorecimento da concordância formal, ou seja, daquela prescrita nas gramáticas normativas, quando sujeito e verbo encontram-se distantes (VUNESP, 2005, grifo nosso):

2. “Nas relações **o ciúmes** é a coisa primordial da relação, se não tem ciúmes não tem o amor, mas também **atrapalham a relação** se tem muito ciúmes (...)”

O trecho 3 abaixo evidencia a grande distância existente entre o sujeito “certas atitudes” e o verbo poder, mais um caso em que afirma a teoria de Scherre, bem como as conclusões realizadas pela pesquisadora em Parceria com Naro sobre a tendência dos falantes

nativos do português brasileiro a não marcar o plural nessas circunstâncias:

3. “**Certas atitudes que**, aparentemente achamos corretas em favor do outro, **pode** não ser do agrado da pessoa e assim, poderá acarretar numa série de atitudes de ambas as partes (...)” (VUNESP, 2005, grifo nosso)

4.1.3 Passiva sintética

Nos três trechos apresentados a seguir observamos primeiramente a ausência de marcação plural no verbo anteposto ao sujeito, o que, mais uma vez, corrobora os estudos de Scherre. Além disso, a autora, em seu livro, reflete acerca de construções como estas na medida em que escreve que, ao contrário do que estipulam as gramáticas normativas, a partícula *se* nesses casos não é apassivadora (2005, p.108): “Os falantes nativos comuns do português brasileiro não têm a menor dúvida de quem em frases como *vende-se filhotes de Cocker Spaniel*, *joga-se búzios*, *cobre-se botões*, *escreve-se cartas* o pronome *se* é inequivocamente índice de indeterminação do sujeito” e completa (2005,p.108): “ se o plural ainda surge hoje, é por força da norma; de muita norma”. A gramática normativa, por sua vez, explica a ausência de marcação do plural em casos como esses justificando a possibilidade da ignorância por parte dos falantes sobre a definição de sujeito que a gramática normativa estipula, uma vez que se associa frequentemente ao sujeito a ideia de um ser humano que pratica uma ação. Sobre a apresentação na gramática normativa de Bechara a respeito da definição de sujeito e concordância formal em casos como os apresentados, apontamos para fins de esclarecimento, respectivamente, os seguintes trechos: “Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para construir uma oração” (BECHARA, 2009, p.409), “A língua padrão pede que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito: *Alugam-se casas*, *Vendem-se apartamentos*, *Fazem-se chaves*” (BECHARA, 2009, p.563).

1. “**Observa-se muitas crianças** que, ao **sentir** medo de uma possível perda dos pais ou irmãos, já se apresentam enciumadas”.
2. **Checa-se os e-mails e as mensagens de celular** destinados ao companheiro, atenta-se aos telefonemas, **fuça-se as gavetas**: atos que tornam-se corriqueiros.
3. “Os ciúmes existem tanto em relações conservadoras em que não **se admite traições** quanto em relações já conturbadas em que o parceiro já apresentou motivos de desconfiança”:

4.1.4 Hipercorreção

Os dois trechos reproduzidos a seguir demonstraram ocorrências interessantes, uma vez que no trecho 1 e na primeira oração destacada, parece que o candidato confunde o sujeito da oração “O ser humano” com seu objeto “sentimentos” e concorda-o no plural com o que para ele seria o seu verbo. Considera-se também que a correção exagerada de marcação plural nos dois casos seja uma hipercorreção, a qual tem por significação “uma extensão do uso habitual do termo para indicar uma aplicação equivocada de uma regra aprendida imperfeitamente” (LABOV, 2008, p.155), ou seja, uma prática que vai contra a gramática intuitiva e a gramática normativa que, segundo Bagno é definida como “uma correção excessiva, exagerada que acaba resvalando, a contragosto, no ‘erro’” (2011 p. 949).

1. **“O ser humano detêm sentimentos** que sob o ponto de vista biológico são *incompreendíveis (...)*”./ **“(...) a objetividade junto com a subjetividade devem-se conciliarem** para que o indivíduo tenha uma vida harmônica (...)”
2. **“(...) esse sentimento de ofensa trazem** danos morais (...)”.

5. Conclusões

A partir dos dados obtidos pela pesquisa realizada concluímos que a relação estabelecida entre o domínio na escrita sobre o uso das regras referentes à concordância verbal por parte dos candidatos e os desempenhos obtidos nas redações foi de grande relevância para comprovar que, ao contrário do que se pressupõe inicialmente, redações de baixo desempenho majoritariamente demonstram as marcações formais do plural, devido ao alto índice percentual quantificado e redações classificadas com médio desempenho apresentaram o maior índice de concordância verbal, opondo-se assim à suposição de que estes índices pertenceriam às redações que demonstraram desempenho superior, mas reconhecemos as limitações da amostra e suas possíveis variações em relação ao estabelecimento de constatações genéricas. Sendo assim, é possível dizer que esses jovens, candidatos à uma vaga no ensino público universitário brasileiro foram submetidos a um ensino estigmatizado da norma padrão e corresponderam à ele positivamente na medida em que demonstraram domínio e aprendizagem efetiva, pelo menos no que diz respeito ao uso da concordância verbal. Somado a isso e tendo em vista os resultados obtidos em relação aos desempenhos das redações, observamos que o domínio sobre as normas de concordância verbal estipuladas pelas gramáticas normativas ensinada, cobrada e vigiada intensamente nas escolas e pela sociedade em busca do prestígio e ascensão social não garante eficácia textual na amostra de dissertações do vestibular recolhida. Um texto eficaz e coerente com os padrões exigidos pelo vestibular deve, de acordo com Chociay, estar intimamente vinculados ao que o autor chama de “conjunto de operações de produção de frases” e de “conjunto de operações de produção de relações textuais entre frases”.

Os casos em que notamos ausência de regras de concordância verbal contidas nas gramáticas normativas consultadas, porém, são muito semelhantes em todos os desempenhos com curiosos casos de hipercorreção. Corroboramos os estudos de Scherre (2005) ao verificarmos que a distância entre o núcleo do sujeito e seu verbo desfavorecem a concordância no plural e que o índice de concordância formal aumenta de acordo com maior escolarização dos usuários da língua.

Vale, por fim, ressaltar que reconhecemos a necessidade de trabalhos posteriores e investigações aprofundadas sobre outros domínios da norma culta pelos candidatos à uma vaga no Ensino Superior e/ou sobre o ensino de gramática e produção textual no país, o qual concluímos pela amostra que há uma dedicação mais enfática no ensino da norma padrão nas escolas em detrimento de um ensino pautado na promoção da construção textual.

6. Bibliografia consultada

- ABREU, A. *Gramática Mínima: para o domínio da língua padrão*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- BAGNO, M. Errei, sim: a hipercorreção e suas consequências. In: _____. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.p. 933-981.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CHOCIAY, R. *Redação no vestibular da Unesp: a dissertação*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2004.
- LABOV, W. A hipercorreção pela classe média baixa como fator de mudança linguística. In: _____. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.p. 151-172.
- NARO, Anthony J. & SCHERRE, M. M. P. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do que relativo. In: _____. HORA, Dermeval da & Gisela Collischonn. *Teoria Lingüística: Fonologia e Outros Temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p. 383-401.
- NARO, Anthony J. & SCHERRE, M. M. P. Influência de variáveis escalares na concordância verbal. *A cor das letras*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999. p.17-34 (ISSN 1415-8973)
- SCHERRE, M. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.
- UOL VESTIBULAR. “Última Notícia: Unesp divulga lista de aprovados; confira”. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/ultnot/2006/02/02/ult798u13623.jhtm>>.
- Acessado em: 15 de outubro de 2012.
- VUNESP. “Manual do Candidato Unesp 2006”. Disponível em: <<http://www.vunesp.com.br/vnsp0502/manualdocandidato%20unesp%202006.pdf>>.
- Acessado em: 15 de outubro de 2012.